



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Guarda Territorial: Do artífice a segurança urbana (1943-1955)

Daiana Rodrigues de Souza
2018003857

Macapá-AP
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Guarda Territorial: Do artífice a segurança urbana (1943-1955)

Trabalho apresentado por Daiana Rodrigues de Souza ao Colegiado do Curso de Licenciatura em História, para a obtenção do grau de Licenciada em História pela Universidade Federal do Amapá.

Orientadora: Profa. Dra. Verônica Xavier Luna

Macapá-AP

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

S729g Souza, Daiana Rodrigues de.
Guarda Territorial Do artífice à segurança urbana (1943-1955) / Daiana Rodrigues de Souza. - Macapá, 2024.
1 recurso eletrônico. 39 folhas.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Amapá,
Coordenação do Curso de História. Macapá, 2024.
Orientadora: Profa. Dra. Verônica Xavier Luna.
Coorientador: .

Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Território Federal. 2. Guarda Territorial. 3. Macapá. I. Luna, Verônica Xavier, orientadora. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 981.063

SOUZA, Daiana Rodrigues de. Guarda Territorial Do artífice à segurança urbana (1943-1955). Orientador: Profa. Dra. Verônica Xavier Luna. 2024. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - História. Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2024.

Daiana Rodrigues de Souza

Guarda Territorial: Do artífice a segurança urbana (1943-1955)

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial, para obtenção do grau de Licencianda em História no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Amapá.

Habilitação: Licenciatura em História

Data de aprovação

____/____/____

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Verônica Xavier Luna

Orientadora

Universidade Federal do Amapá

Profa. Dra. Ana Cristina Rocha Silva

Avaliadora

Universidade Federal do Amapá

Profa. Dra. Elke Daniela Rocha Nunes

Avaliadora

Universidade Federal do Amapá

AGRADECIMENTOS

Esta Monografia é o resultado do olhar e comprometimento de diversas pessoas que durante este período tiraram um pouco de seu tempo para sanar minhas dúvidas, apontar novas perspectivas e também me apoiar quando me sentia desanimada. Sei que não posso expressar a importância de cada um para que este trabalho fosse concluído, mas espero que possam sentir minha sincera gratidão, através dessas palavras.

Primeiramente, gostaria de dedicar meus agradecimentos a minha família, em especial, meus pais, Benedito Soares de Souza e Francilene Rodrigues de Souza, que me apoiaram em minhas escolhas, que acompanharam meus esforços e respeitaram minha teimosia, e acima de tudo, por acreditarem que eu podia fazer isso.

Ademais, quero destacar o papel essencial da professora Verônica Xavier Luna, não somente nesta pesquisa, mas em minha formação como professora de história. A professora Verônica foi coordenadora do projeto nº 58/2020 “A Guarda Territorial: Memória de um Patrimônio Cultural Amapaense – 1943 a 1975”. Sua total dedicação, seriedade e entrega em cada projeto, é uma inspiração para as novas gerações de professores que desejam buscar sempre o melhor de si.

Ao meu amigo, Bruno Markus de Sá, que esteve presente desde o início desta pesquisa, junto a professora Verônica. Bruno foi um dos primeiros pesquisadores do projeto nº 58/2020, o qual, resultou no livro da Guarda Territorial. Seus conhecimentos sobre a temática e sua atenção e paciência foram cruciais para que eu me sentisse instigada a prosseguir.

Por fim, não poderia deixar de expressar minha gratidão ao Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo (Cemedharq) da Universidade federal do Amapá, que foi como um segundo lar. Criado com o intuito de incentivar novos pesquisadores, o Cemedharq se tornou um espaço de acolhimento, sendo responsável por despertar o interesse pela Pesquisa em muitos acadêmicos que como eu, ainda se sentiam perdidos. Por isso, reconheço e valorizo a importância que o centro de memória da Unifap teve em minha trajetória dentro da Universidade.

RESUMO

Buscando solucionar os impasses que por longo tempo foram geradores de acaloradas discussões em torno de regiões consideradas “despovoadas”, o Governo Federal resolveu criar os Territórios Federais. Cada Território ficou sob a administração de um governador escolhido por Getúlio Vargas, que tinham como meta traçar um plano de atuação dentro dos territórios recém-criados. Janary Gentil Nunes, o escolhido de Vargas para assumir o governo do Território Federal do Amapá, trouxe consigo um projeto de modernidade que contou com a participação de diversos atores sociais, dentre estes, se destaca o papel dos agentes da Guarda Territorial que além de fazer a segurança pública, auxiliaram o Território desempenhando diversas outras funções. Este trabalho tem como objetivo apreender as contribuições da Guarda Territorial para o crescimento e desenvolvimento urbano da cidade de Macapá, durante os anos de 1943 até 1955, “o período janarista”, como então ficou conhecido o primeiro governo do território federal do Amapá.

Palavras-chave: Território Federal, Guarda Territorial, Macapá.

ABSTRACT

Seeking to solve the impasses that for a long time generated heated discussions around regions considered "depopulated", the Federal Government decided to create the Federal Territories. Each Territory was under the administration of a governor chosen by Getúlio Vargas, who had the goal of drawing up a plan of action within the newly created territories. Janary Gentil Nunes, Vargas choice to take over the government of the Federal Territory of Amapá, brought with him a project of modernity that counted on the participation of several social actors, among these, the role of the Territorial Guard agents stands out, who in addition to providing public security, helped the Territory by performing several other functions. This work aims to apprehend the contributions of the Territorial Guard to the growth and urban development of the city of Macapá, during the years 1943 to 1955, "the Janarista period", as the first government of the federal territory of Amapá was then known.

Keywords: Federal Territory, Territorial Guard, Macapá.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. UM TERRITÓRIO FRAGMENTADO	9
1.1 O território federal do Amapá	13
2. MACAPÁ EM DOIS TEMPOS: De cidade Colonial à cidade “Moderna”	16
3. AS ORIGENS DA POLÍCIA NO BRASIL	21
3.1 A construção de uma força policial no território federal	24
3.2 As contribuições da GT para o crescimento de Macapá	26
3.3 A Fortaleza de São José e as Oficinas da Guarda territorial	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu a partir do projeto nº 58/2020, registrado no DEX/PROEAC, consequentemente batizado de projeto 58 “A Guarda Territorial: Memória de um Patrimônio Cultural Amapaense – 1943 a 1975”, vinculado ao Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo da Universidade Federal do Amapá – Cemedharq/Unifap, no qual participei como bolsista. O projeto teve como objetivo registrar as memórias dos antigos membros da extinta Guarda Territorial do Amapá, com o intuito de organizar uma memória biográfica da vivência desses atores sociais, através do uso da história oral, de modo que foram realizadas entrevistas com os próprios guardas. Dentro os objetivos se visava a produção acadêmica de um livro e para isso, foi necessário à capacitação de bolsistas, haja vista, que até o momento havíamos tido pouco contato com estudos históricos sobre memória; somente de forma teórica, por meio de alguns textos durante a graduação. A coordenadora do projeto 58/2020, professora Verônica Xavier Luna, explicou o objetivo do projeto e oficializou os primeiros passos para as pesquisas sobre memória e história oral, com o compromisso de estudos semanais.

No decorrer das atividades, tivemos um contato mais aprofundado com o estudo da história oral, que se deu em primeiro momento com discussões de diversos artigos sobre história oral e memória, conduzida por monitoras mais experientes, a exemplo de Vitória Esteves dos Santos e a bolsista Ingrid Gabrielle P. Pereira. Em segundo momento, a professora Verônica nos orientou quanto a leitura e utilização de fotografias e jornais como fontes históricas, com destaque para os jornais a “Voz Católica” e a “Folha do Povo”, periódicos locais de grande importância, pois contemplam o período histórico de atuação da Guarda Territorial. Na terceira etapa dessa formação participamos separadamente de algumas entrevistas, além de realizarmos as transcrições, textualizações e transcrições dos depoimentos dos guardas territoriais.

A experiência de entrevistas com os guardas nos deu a oportunidade de perceber a força destas narrativas orais, que mais do que um simples relato pessoal, tiveram o poder de revelar o espaço onde se desenvolveram as ações desses agentes policiais, a condição social dos indivíduos, de evidenciar elementos culturais que formaram os costumes e mentalidades da sociedade, além de caracterizar o tempo histórico dessas vivências. Um olhar crítico, reflexivo e atento, foram as condições fundamentais para a referida experiência, pois, como sempre nos alertou a professora Verônica Xavier Luna, neste projeto tínhamos o grande privilégio de vivenciar uma experimentação rica no domínio da pesquisa oral e documental; capacidade que, no entanto, dependia da dedicação e atenção redobrada de cada bolsista.

A arte de se “deixar ouvir” (Rovai, 2013), e trabalhar com lembranças de pessoas idosas (Bosi, 1994), foi nossa metodologia, uma vez que jamais poderíamos esquecer que nossos colaboradores eram pessoas reais, atores sociais com limitações físicas de saúde, que apresentam suas narrativas a partir de suas próprias experiências de vida e, que, considerando os diversos segmentos de atuação política de cada indivíduo, vão se entrelaçando de forma mais ou menos aprofundada com os fatos sociais coletivos. Sendo, portanto, sujeitos com lembranças individuais, mas permeadas por esquecimentos, de um passado vivido e representado coletivamente pela Guarda Territorial, pudemos perceber que nem sempre as narrativas orais estavam em acordo com o que nos diziam outras fontes oficiais quando comparadas. A relevância da capacitação foi adquirir essa reflexão analítica que é capaz de recuperar em certa medida incertezas e esquecimentos, entrelaçando as narrativas orais com outras fontes documentais.

Assim, apesar de participarmos pela primeira vez de uma experiência que envolvia estudo e pesquisa, fomos gradativamente adquirindo e construindo conhecimentos teóricos e, ao mesmo tempo, um rico entendimento metodológico no manuseio das fontes, através das análises de entrevistas, das fontes jornalísticas e iconográficas. E foi a partir desta experimentação, que nos permitiu pensar e analisar constantemente esta temática, que surgiu meu interesse pessoal em realizar esta pesquisa, que tem como objetivo apreender as contribuições da Guarda Territorial para o crescimento e desenvolvimento urbano de Macapá, por meio das ações dos guardas territoriais, enquanto guarnição policial nos anos de 1943 até 1955, tomando as entrevistas dos Guardas Territoriais como recurso metodológico. O recorte temporal, conhecido como “período janarista”, posto que estava à frente do governo local, o capitão Janary Gentil Nunes, primeiro governador do território Federal do Amapá, se justifica em razão da criação da Guarda Territorial e por apresentar, nestes 12 anos, o primeiro período de transformação urbana da cidade de Macapá.

A construção de obras públicas era imprescindível para fundamentar o novo momento histórico pelo qual o Território Federal do Amapá estava passando. Por essa razão era importante escolher um ponto central, onde se pudesse tornar mais visível o plano urbanístico deste novo governo. A escolha da cidade de Macapá foi uma decisão estratégica do capitão Janary Nunes, que teve como uma de suas primeiras medidas demonstrar ao presidente Getúlio Vargas a inadequação do município do Amapá como capital. Os argumentos apresentados por Janary contra a cidade do Amapá, foram: dificuldades de comunicação da cidade por via fluvial e a não existência de um local possível que conferisse a cidade a construção de um porto. O

projeto urbano do novo governador vislumbrava realizar uma mudança profunda no modo de vida local e a capital na época (Amapá), não se adequava ao seu projeto de modernidade, ao contrário de Macapá, que na visão de Janary, apresentava as condições possíveis para um investimento urbano. Em vista disso, Getúlio Vargas oficializou a cidade de Macapá como capital do Território Federal. A partir desse momento, o administrador público, Janary Nunes, investiu, sobretudo, em ordenar e estruturar a cidade de Macapá, especificamente, seu espaço urbano. Essa área central foi selecionada para sofrer mudanças urbanísticas radicais, em atendimento ao projeto janarista de urbanização. Esses movimentos históricos e sociais serão frisados em três capítulos:

No primeiro capítulo *O Território fragmentado*, é explorado o tema das divisões internas do Estado Brasileiro, aventando as razões que levaram até a criação dos territórios federais. No segundo capítulo denominado *A cidade em dois tempos*, busquei analisar Macapá durante o período colonial, retomando o conceito de cidade, para compreender como esse conceito foi sendo incorporado durante o surgimento da vila de Macapá e posteriormente em seu processo de urbanização, após a implantação do Território Federal. Já o terceiro capítulo, *As origens da polícia no Brasil*, apresenta um resgate histórico da polícia no Brasil desde o período colonial até a criação da Guarda Territorial. O foco está em entender em que medida os guardas contribuíram para o crescimento e desenvolvimento da cidade de Macapá, ponto central do plano de desenvolvimento do governo Janary. Além de destacar a importância da Fortaleza de São José que inicialmente serviu de quartel para a GT.

I - TERRITÓRIO FRAGMENTADO

O sociólogo Herbert Toledo Martins (2001), nos lembra que a questão da divisão territorial do Brasil não é um fenômeno novo, mas que sempre gerou propostas, estudos e ávidas discussões no cenário da política brasileira, “sobretudo, nos períodos de elaboração ou revisão das Cartas Constitucionais”. Com o intuito de analisar as divisões geopolíticas ocorridas dentro do território brasileiro, Martins investiga em seu artigo - *A Fragmentação do Território Brasileiro*: a criação de novos estados no Brasil, as propostas e estudos em torno do tema, além de traçar os antecedentes históricos da divisão territorial desde o período colonial.

Segundo o autor, a primeira divisão territorial do Brasil, se deu com a criação das 14 Capitanias Hereditárias por D. João III entre 1534 e 1536. Posteriormente no período do Brasil Independente, nas etapas de organização do período Imperial, as elites políticas também tiveram que enfrentar o problema do separatismo. Em razão disso, o estado de desagregação das

províncias foi um dos pontos que a historiografia brasileira mais se debruçou e constatou que o tema da unidade política e territorial era uma das preocupações constantes das elites.

A partir desses estudos, Martins verificou que:

O território nacional não se esfacelou, é verdade, pois as elites políticas souberam garantir a unidade territorial e a vigência do domínio do poder central dentro do território brasileiro, derrotando as forças do “particularismo” e da separação. Entretanto, o mesmo não pode ser dito quando se observa o interior do Estado nacional brasileiro, marcado pela existência de mais de uma dezena de movimentos separatistas ou autonomistas, alguns existentes desde o período colonial. Se o Brasil não se esfacelou “para fora” (forças centrífugas) ele fragmenta-se “para dentro” (forças centrípetas).¹

Se a formação do Estado Brasileiro se fez marcado pela luta contra as forças centrípetas, não é tarefa fácil identificar todas as razões que levavam a esse desejo de separação, pois cada região visava a interesses próprios que envolviam questões específicas. É possível, no entanto, identificar, através das análises dos documentos referentes a estes movimentos, que as questões que norteavam as tentativas de separação, giravam, quase sempre, em torno de grupos que se achavam descontentes com a administração do território nacional. Se, por um lado, havia uma preocupação por parte das classes dirigentes em manter seu poder político, por outro, havia um forte sentimento de abandono por parte das áreas que eram administradas pelas províncias, como bem definiu o historiador Sidney Lobato:

sempre que se levantava a questão de dividir grandes unidades consideradas mal povoadas uma forte reação regionalista se levantava. Estas reações ocorriam principalmente nas capitais, onde as classes dirigentes estaduais ficavam temerosas de perder prestígio político. Vilas e pequenas cidades interioranas, não raro, manifestavam-se pela autonomia, por se perceberem como a parte esquecida e desamparada pelos gestores estaduais (ou provinciais, antes de 1889).²

O geógrafo Jadson Luiz Rebelo Porto no seu artigo - *Os Territórios federais e a sua evolução no Brasil*, publicado em 1999, também afirma que a criação de novos territórios no Brasil já era pauta de discussão, muito tempo antes da criação dos territórios federais, e, que a ideia começou a surgir principalmente, por ocasião da sugestão de que os espaços menos desenvolvidos de uma província deveriam se transformar em territórios, regido por uma organização especial que iria lhe encaminhar a futura condição de província:

¹ MARTINS, Herbert Toledo. **A Fragmentação do Território Brasileiro**: a criação de novos estados no Brasil. CADERNO CRH, Salvador, n. 35, jul./dez. 2001, p. 265.

² LOBATO, Sidney da Silva. *Federalização da Fronteira: A Criação e o primeiro governo do Amapá (1930-1956)*. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 7, n. 1, jan.-jun., 2014, p.275.

Na constituição republicana, três anteprojetos foram sugeridos visando a criação de Territórios nas províncias sem população e sem recursos para dinamizar-se e realizar-se como partes integrantes, e juridicamente iguais às que caminhavam mais rapidamente, da federação recente. Dentre os quais se garantiria àqueles a possibilidade de serem integrados na organização político-administrativa brasileira, cujos territórios anexos aos estados, dentro de cujos limites atuais se acharem compreendidas as zonas pouco ou nada povoadas.³

Embora esta emenda não tenha sido aprovada, as discussões em torno de propostas e ações do Poder Executivo continuavam. Porém, foi somente no início do século XX, que o Brasil teve sua primeira experiência com a criação de um Território Federal, em 17 de novembro de 1903, através de um ajuste diplomático assinado entre o Brasil e a Bolívia, na cidade de Petrópolis. Nesse acordo ficou estabelecido que a área que hoje constitui o estado do Acre seria incorporada como parte do território brasileiro. Entretanto, segundo Bezerra, a forma como ocorreu a incorporação do Acre ao Brasil foi “uma excecência jurídica” do ponto de vista da primeira Constituição Republicana, tendo em vista que a constituição de 1891 não previa a criação de territórios (BEZERRA, 2006, p. 67).

Na região Norte, analisamos o caso específico do Amapá, que ao longo de sua história se viu envolvido em diversos conflitos desde o período colonial, em torno de suas áreas. A exemplo das disputas diplomática e militar entre as autoridades francesas e brasileiras em torno das terras desta região. Mas há também registros de casos em que o Amapá foi autor de suas próprias demandas, é o caso do projeto de lei apresentado por Candido Mendes de Almeida e outros deputados à Assembleia Geral Legislativa do Brasil, em 1853 que visava a criação de uma província denominada Oyapóckia.

Depreende-se do referido documento, que havia a aprovação popular dos moradores da cidade Macapá, está se fez pela necessidade de uma representação efetiva na região. Neste mesmo documento, Candido Mendes explicita a razão da insatisfação dos macapaenses e pontua a falta de atenção com os territórios segregados que, apesar de vastos, se encontravam quase desabitados. A questão das grandes regiões que eram considerados despovoadas irá posteriormente se tornar muito cara ao Estado Brasileiro, o qual irá respaldar diversos discursos e tentativas de sanar este problema.

Mas ainda na fase do Brasil Império, Candido Mendes, sugere inclusive que estes territórios ficassem sob a administração do Governo Geral, que além de se encarregar de dividir

³ PORTO, Jadson Luís Rabelo. Os Territórios Federais e a sua evolução no Brasil. Revista de Educação, Cultura e Meio ambiente - Março. Nº 15, Vol III, 1999, p. 2.

as áreas de forma mais regular, poderia dispor de medidas mais eficazes para o aproveitamento dessas terras, incentivando em primeiro lugar o povoamento e transformando-as em províncias, objetivo muito desejado pelos macapaenses nesse momento.⁴

Em virtude da demora para que o projeto virasse Lei, e, da falta de esclarecimento das autoridades, foi redigida em 1870, uma nova representação que contou com a assinatura de 387 macapaenses. No documento, os macapaenses respondiam as acusações dos críticos que se opunham à criação da nova província do Amapá e baseavam suas justificativas em afirmações de que as terras de Macapá, maior cidade da região do Amapá, padeciam com a falta de salubridade. Segundo estes críticos, essa condição mórbida era responsável por muitas doenças entre a população, sobretudo as febres palustres (malária). Argumentavam que muitas destas doenças que assolavam a população de Macapá eram causadas pelas águas paradas dos pântanos e lagos e era recorrente a ideia de que os córregos e igarapés que cortavam a cidade estavam contaminados pela seiva de uma planta venenosa (as folhas dos assacuseiros), que segundo os relatos, nasciam nos pântanos e nos quintais das casas dos moradores.

Os macapaenses, no entanto, rebatiam cada uma dessas acusações esclarecendo que em Macapá não havia pântanos, mas apenas dois igarapés, um que corria ao Sul da cidade e que passava próximo a Fortaleza e outro que corria ao Norte da cidade, conhecido por Igarapé da Companhia ou das Mulheres. E contra argumentavam ainda que os pântanos eram, na verdade, uma ressaca, resultado de um processo que ocorre nas *várzeas*, um tipo de terreno composto de barro massapé, característico de clima tropicais com estações de seca e úmida bem definidas. Em relação as tais afirmações dos relatórios paraenses sobre o mal que os assacuseiros causavam, revelavam que essas árvores cresciam às margens dos Igarapés que passavam ao lado da Fortaleza, e que não eram, de modo algum, venenosas e para provar destacavam em seus documentos, dirigidos ao Senado, variados nomes de árvores comuns na região, as quais, suas folhas não causavam nenhum mal à saúde pública. Por último, diziam que as causas da endemia de febre palustre, que também existiam em Belém e outros lugares do Brasil, eram resultantes da umidade das casas e ocorriam pela ausência de condições dignas de vida social, bem como, pela deficiência de recursos médicos em Macapá.

Os fatores, de acordo com os macapaenses, eram climáticos. A umidade da localidade contribuía para que as doenças se alastrassem rapidamente. Outra realidade, inclusive,

⁴ PISONIA ou a Elevação do Território Setentrional da Província do Grão-Pará á categoria de Província. Criação da Provincia de Oyapockia – Projeto apresentado a câmara dos Srs. Deputados na sessão de 1 de julho de 1853.

favorável e que possibilitava o avanço das endemias estava nas condições das moradias; posto que a maioria das casas era feita de taipa e as construções dessas moradias encontravam-se sobre terrenos úmidos ou alagados. Todavia, apesar dos amapaenses explicarem e negarem todas as acusações efetuada pelos críticos e escritos paraenses, e, concomitantemente emitirem um abaixo-assinado em anexo a ata de defesa, o projeto de criação da província Oyapóckia não foi a frente, ficando arquivado nas gavetas dos deputados da Assembleia Geral Legislativa do Brasil.⁵

Em se tratando da Amazônia, não é nenhuma novidade que sua história foi permeada por conflitos entre nativos, colonizadores e exploradores. E especificamente em torno da área que compreende a região do Amapá, o litígio mais conhecido são as disputas entre Portugal e França que perduraram séculos, até a questão ser finalmente resolvida em 1900, com a assinatura do Laudo de Berna, que deu ao Brasil o direito de dispor das terras contestadas para efetuar seu processo de colonização, povoamento, ocupação e exploração. Brito, Palhares e Farias, sustentam a tese de que a territorialidade amapaense foi baseada na apropriação dos recursos naturais, pela intervenção de projetos de grande magnitude que foram implantados na região, como a Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI) para a exploração de manganês e o Projeto Jari, além de outras iniciativas que afetaram profundamente o modo de viver das populações do entorno, a economia e o meio ambiente local. Na perceptiva dos autores, as políticas públicas implementadas no espaço amapaense tiveram um efeito negativo para sua territorialidade, visto que a exploração dos recursos naturais, muitas vezes de forma exacerbada, não trouxe em contrapartida, o almejado desenvolvimento à região, a exemplo do aumento populacional que ocorreu em algumas áreas, mas sem a devida infraestrutura, o que acabou por acarretar diversos problemas sociais e ambientais que somente foram se agravando ao longo do tempo.⁶

1.1 O território federal do Amapá

Lúcia de Moura Santos em “*SANEAR, EDUCAR, POVOAR*”: Um estudo sobre o Território Federal de Ponta Porã (1943-1947) informa que a questão da redivisão territorial é um tópico que volta a ser discutido no governo Vargas, sobretudo durante o Estado Novo, rememorando os debates anteriores que tinham se pautado nas delimitações das áreas que

⁵ LOBATO, Sidney da Silva. *Op. cit.*, pp. 275-276.

⁶ BRITO, Daguinete Maria Chaves, PALHARES, José Mauro & FARIAS, Rosana Torrinha Silva de. Uma Trajetória Histórica da Territorialidade Amapaense. *Ciência Geográfica - Bauru - XXIV - Vol. XXIV - (3): Janeiro/Dezembro – 2020*

compreendiam o território brasileiro. Essas questões são novamente reacendidas e transpostas para o novo governo, que argumentava que em vista da “fragilidade das fronteiras da nação frente à ameaça de forças externas” era necessário organizar o espaço brasileiro. Assim já no início da década de 30 começa a surgir diversos projetos buscando solucionar essas questões que neste momento se tornavam emergentes e prioritárias para o governo federal.⁷

No artigo *Memória em imagens: a trajetória da capital do Território Federal do Iguazu* (1943- 1946), uma pesquisa que busca a construção de uma memória visual por meio do agenciamento das imagens relacionadas ao tema Território⁸, Motter e Pegararo recordam que a primeira referência constitucional aos territórios, como uma unidade independente, só vem aparecer na Constituição de 1934:

A Nação Brasileira mantém, como forma de governo, sob regime representativo, a República Federativa, proclamada a 15 de novembro de 1889, e é constituída pela união perpétua e indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1934, Art. 1º)

Ainda no artigo 16 do mesmo documento, se estabelece a constituição de territórios nacionais, outros que pertençam a União e possuam 300 mil habitantes. Mas é somente na constituição criada em 10 de novembro de 1937, que se defini em seu art. 6º que: “A União poderá criar, no interesse da defesa nacional, com partes desmembradas dos Estados, territórios federais, cuja administração será regulada em lei especial”. Assegurado neste aparato legal, Vargas poderia dispor destas medidas sem que elas se afigurassem impostas ou autoritárias ao povo. Em sua campanha de nacionalização, Getúlio Vargas defendia “o bem comum a todos”, propagando que seus objetivos visavam ao desenvolvimento do país e era do interesse do governo a proteção da unidade nacional. Santos explicita que:

Ao lado dos objetivos nacionais englobados na organização do espaço territorial do país havia os interesses locais das regiões apontadas como possíveis locais de intervenção do governo federal. Após a outorga da constituição de 1937 os estudos e debates sobre como realizar essas ações propostas por Vargas continuaram, e os novos territórios foram criados em 1943.⁹

⁷ SANTOS, Lúcia de Moura. “*SANEAR, EDUCAR, POVOAR*”: UM ESTUDO SOBRE O TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1943-1947) - Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

⁸ “O termo agenciamento (MAUAD, 2008) refere-se à ‘biografia’ das imagens, em sua circulação social e possível construção de uma narrativa visual que contribui para a formação da memória do assunto em questão”. (MOTTER, Fernanda & PEGARARO, Éverly. *Memória em imagens: a trajetória da capital do Território Federal do Iguazu* (1943- 1946). XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016).

⁹ SANTOS, Lúcia de Moura. *Op. cit.*, p.38

O que se observa nos discursos governamentais é que a criação dos territórios foi uma medida tomada de cima para baixo, em outras palavras, as populações das regiões onde foram criados os territórios federais não foram consultadas. Em contrapartida, o governo argumentava que a ocupação dos “espaços vazios” beneficiaria o país em seu desenvolvimento. Porto (1999) destaca alguns dos objetivos que o governo federal havia traçado para a projeção dos territórios:

Proteger as regiões fronteiriças de vazio demográfico; garantir a atuação do governo em regiões longínquas e criar condições jurídicas e econômicas para reorganizar o espaço brasileiro, de acordo com as orientações constitucionais e com um programa para sua organização e desenvolvimento que preconizava sanear, educar e povoar¹⁰

Sidney Lobato, em seu livro - *A cidade dos trabalhadores: Insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*, afirma que o século XX foi o ponto de virada para uma grande série de mudanças na cidade de Macapá e que isto se deu, sobretudo, a partir da criação do território Federal do Amapá, por meio do Decreto-Lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, especialmente com a instalação do primeiro governo territorial, ocorrido no dia 25 de janeiro de 1944.

A criação dos territórios federais estava entre os projetos de redivisão territorial, pois foram instalados justamente nas áreas que os intelectuais, militares e governantes da época afirmavam ser “escassamente povoadas”. Lobato explica que a federalização destas zonas tinha como principais objetivos fomentar o povoamento e impulsionar a produção de excedentes comercializáveis. Em meados do século XX, se propagava a crença no futuro promissor do “caboclo”, influenciando muitos políticos e intelectuais da época, que passaram a defender as potencialidades do homem da Amazônia, que através desse novo olhar se tornava detentor de todas as qualidades necessárias para assumir o papel principal no desenvolvimento da região. Mas para que esse futuro promissor se apresentasse era indispensável que o progresso e a modernidade também chegassem até o Amazônida. Visto que:

Segundo Janary, a razão da degenerescência do “caboclo” não eram suas características inatas, mas a falta dos meios de produção (conhecimentos, técnicas e ferramentas) necessários ao *start* do progresso regional. Caberia ao governo dotar o amazônida destes meios e, assim, promover a superação do atraso socioeconômico do Norte.¹¹

¹⁰ PORTO, Jadson Luís Rabelo. *Op. cit.*, p. 5

¹¹ LOBATO, Sidney da Silva. *A cidade dos trabalhadores: Insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*, Ed. Paka-Tatu, Belém, 2019, p. 33-34).

A historiadora Maura Leal da Silva (2007) defende que além destas razões, a transformação do Amapá em Território se deu também por motivos particulares, mas que foram decisivos para que Estado Nacional se preocupasse em integrar esta região ao resto do país. Para Silva, o primeiro deles seria o fato desta região fazer fronteira com terras francesas, como já foi explicitado, era uma inquietação constante do governo brasileiro garantir a proteção de suas fronteiras, sobretudo, em períodos conturbados. Outra razão seria a importante reserva do minério de manganês nas terras amapaenses, matéria-prima muito valorizada durante a Segunda Guerra Mundial.¹²

Outra particularidade ressaltada no caso do Amapá, diz respeito a situação da elite regional e local que estava muito insatisfeita com o descaso dos poderes Federal e estadual, por isso “reivindicavam uma atuação política mais efetiva para essas regiões, com a manutenção e aquisição de novos privilégios e ao mesmo tempo buscava garantir as pretensões intervencionistas do governo federal sobre essas áreas” (SILVA, 2017, p. 15).

II - MACAPÁ EM DOIS TEMPOS: De cidade Colonial à cidade “Moderna”

A partir da segunda metade, da década de 1940, a cidade de Macapá, foi elevada à condição de capital do TFA, e foi estruturada por pensamentos políticos desenvolvimentistas, assim como pelas práticas sociais e culturais dos atores que migraram para a cidade. A ordem anterior era bem diferente: Macapá era uma cidade produzida socialmente, em sua maior parte, por sujeitos afro-amapaenses, atores sociais negros, que produziram o espaço urbano e o alimentaram com sua cultura.

A historiadora Veronica Xavier Luna, em seu livro *Escravos em Macapá: Africanos Redesenhando a Vila de São José 1840-1856*, buscou compreender como os trabalhadores africanos puderam redesenhar a vila São José de Macapá e a produziram como cidade, posto que, seu centro urbano foi ocupado pela população negra, até a chegada do primeiro governador do Território Janary Gentil Nunes. Razões pelas quais faremos aqui uma retrospectiva histórica da localidade de Macapá até 1943, quando é criado o TFA.

Quando se analisa as razões por trás da transformação dos povoados missionários da região do Amapá em vilas, se destaca a carência por um poder urbano. Raquel Rolnik (2004) em seu livro *O que é Cidade*, identifica que desde a sua origem a concepção do que seria uma cidade, estava intrinsecamente ligada a uma forma de organizar o território, e de estabelecer

¹² SILVA, Maura Leal. **A (onto) Gênese da Nação nas Margens do Território Nacional: O projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956)**. PUC/SP – São Paulo, 2007.

relações políticas. Partindo desta ideia, se compreende, neste contexto, a demanda cada vez maior por parte das autoridades portuguesas pela criação de uma política administrativa nas regiões do Norte e Sul do Brasil, especificamente aquelas que estavam situadas em áreas de fronteira e eram alvo de disputas territoriais.

A vila São José de Macapá surge em 1752, na região que neste período era denominada de Cabo do Norte (região do Amapá ou Guiana Brasileira), sendo mais um exemplo dessa política que desejava ter o controle das suas áreas mais afastadas e despovoadas. Luna afirma, que por sua posição estratégica, a vila São José de Macapá tinha sido criada justamente com o fito de assegurar os interesses portugueses na região. Fica então entendido que desde o seu primeiro momento há uma preocupação em tornar o espaço do Cabo do Norte, mais atrativo para a ocupação populacional. O governador do estado do Grão-Pará, Mendonça Furtado, em uma visita à região, fez questão de enfatizar as boas condições de localização do espaço escolhido para a vila de Macapá, com uma ampla vista, ar agradável e excelentes águas. Entretanto, a realidade discrepava do discurso da referida autoridade, posto que, os primeiros grupos de colonos que foram transferidos das Ilhas dos Açores para a região, tiveram de se estabelecer à sombra de condições extremamente precárias e sem nenhuma infraestrutura, especificamente, com relação aos cuidados com saúde, como afirma Verônica Xavier Luna, que foi “diante do imprevisível e da desordem que começa a se constituir a vila São José de Macapá” (LUNA, 2011, p.52).

Mas com a criação do Território Federal, em 13 de setembro de 1943, e a instalação do governo territorial, em 25 de janeiro de 1944, o Amapá experimentou uma nova fase em sua história, estes eventos foram propagados “como marcos inaugurais de um novo e auspicioso tempo na história dos habitantes da Guiana Brasileira”, a região deixaria o atraso, o descaso fomentador de doenças, analfabetismo, invisibilidade, pobreza e começaria um tempo de otimismo, patriotismo e progresso.¹³ Na construção dessa narrativa histórica se destaca a figura do primeiro governador do território.

Em 27 de dezembro de 1943, foi nomeado para governador do Território Federal do Amapá o comandante Janary Gentil Nunes. Janary nasceu no município de Alenquer, no Pará, em 1912 e desde muito jovem esteve ligado à vida militar. Aos 18 anos ingressou na Escola Militar do Realengo, no Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro). Entre 1936 e 1937, serviu no pelotão de Clevelândia do Norte, em seguida foi para Curitiba, no Paraná, para cursar

¹³ LOBATO, Sidney da Silva. *Op. cit.*, pp. 25-26

instrução no Centro de Transmissão da 5ª Região Militar, onde foi primeiro colocado. Em sua impressionante carreira ainda publicou o livro *Bandeira do Brasil*. Foi diretor técnico da Federação de Escoteiros do Paraná e Santa Catarina, “região que na época era alvo da campanha de nacionalização das colônias de imigrantes, principalmente alemães”. Apesar de ainda ser bastante jovem, Janary Gentil Nunes já tinha um vasto currículo, Sidney Lobato, argumenta que foi em razão de sua experiência e reconhecida atuação no Norte, que o presidente da República, Getúlio Vargas, o escolheu para o cargo de governador do Território Federal do Amapá.

Desde o início o novo governador deixou evidente em seu discurso e posteriormente nas práticas administrativas janaristas, o ambicioso projeto político de modernização da sociedade. Projeto esse, que buscava “a superação do ‘atraso’ socioeconômico do Amapá”.¹⁴ De acordo com Verônica Xavier Luna, o projeto político para o Território Federal do Amapá, fazia parte do programa de integração nacional, o que condizia com a postura de Janary; um militar formado na escola do exército brasileiro que já defendia esses ideais de defesa e integridade nacional e seguia a política nacional de “integrar para não entregar”.

Janary Nunes desejava ordenar e controlar o espaço social urbano, a partir das concepções modernas que trouxe consigo. Por essa razão, que o novo governador “elegeu o centro urbano como locus de apropriação atribuindo-lhe um sentido classificador, de ser área de moradias nobres e de edificação dos prédios administrativos”, iniciando de imediato um processo de urbanização com base no paradigma da gentrificação, compreendendo-a como:

uma política que se vale da utilização do espaço físico e social com “obras de impacto” foi a estratégia utilizada pelo governo Janary Nunes, a qual tinha como objetivo promover o progresso social e econômico do lugar, com intuito específico na potencialização industrial do Território, de modo a integrá-lo no mercado global.¹⁵

A elaboração do Relatório de Atividades do Governo do Território do Amapá, foi o marco inicial do governo Janary. A partir desse levantamento realizado na região foi possível combinar estratégias e estabelecer os primeiros passos que o governo iria adotar para que o projeto avançasse. O relatório expõe detalhadamente quais seriam as principais medidas tomadas, apresentando o levantamento dos aspectos sociais, econômicos e culturais e os

¹⁴ *Ibidem*, pp. 281-283.

¹⁵ LUNA, Verônica Xavier. Um cais que abriga histórias de Vidas: Sociabilidades conflituosas na gentrificação da cidade de Macapá (1943 – 1970). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2020, p. 112.

problemas de infraestrutura, de saneamento, transporte, habitação, alimentação, estradas e meios de comunicação da região, etc.

Com a sede do governo transferida para Macapá em 1944, iniciou-se o tão almejado processo de reformas da cidade de Macapá. E uma das primeiras medidas foi definir um novo traçado urbano, seguindo o modelo das cidades modernas com “ruas e avenidas largas, espaços públicos e ampliados para atender as atividades de trabalho e lazer”. Porém, o que mais se destacou foi a diversidade das fachadas das edificações. Quando as obras iniciaram na década de 40, Macapá ainda apresentava os traços da época de povoamento onde sobressaía, principalmente, suas construções mais antigas como a Fortaleza de São José, a Igreja de mesmo nome e o palácio do governador. Mas no ano de 1955, a cidade já se destacava por suas edificações mais atuais:

As obras produzidas entre, 1943 e 1955, marcou a época Janarista, como a Escola Barão do Rio Branco, construída, nos anos, de 1944 e 1945, inauguração no ano de (1946); Colégio Amapaense criado em (1947), construção, em 1948 e inauguração em 1949; Residência Oficial do Governador, construída no ano de 1944 e inauguração em (1945); Aero Clube (1956); Escola Industrial, a construção é datada, de 1947 a 1949 e a inauguração em 1952 e o Hospital Geral de Macapá com a construção nos anos, de 1943 a 1944, inauguração em (1945)¹⁶

Imagem 1 – Registro Fotográfico da Inauguração do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” (1946)



Retirado do site: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com>. Acessado em 07 de junho de 2024.

¹⁶ TOSTES, José A. e WEISER, Alice A. **Macapá: a cidade modernista do período janarista de 1943 a 1955.** Revista Amazônia Moderna, Palmas, v.1, n.2, p.34-53, out.- mar. 2018, p 43.

Imagem 2 – Registro Fotográfico da Fachada da antiga Escola Industrial de Macapá (ano desconhecido)



Fonte: acervo Coleção Digital – IBGE. Retirado do site: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com>. Acessado em 07 de junho de 2024.

As novas construções que o governo iniciou no recém-criado Território Federal, foi um dos fatores responsáveis por atrair uma grande quantidade de trabalhadores que vinham das Ilhas do Pará e de outros estados, visualizando a oportunidade de melhores condições de vida, fato que levou a um ostensivo crescimento populacional na capital do Amapá e provocou grandes impactos no modo de vida dos moradores da cidade¹⁷. Segundo Lobato, entre os anos de 1944 e 1964, grande parte dos trabalhadores da cidade foi direcionado para a construção civil, dada a crescente demanda nesta área.¹⁸ Isto explica, porque a Guarda Territorial, força policial, criada com a missão de fazer a segurança do Território, também foi direcionada para a construção de obras públicas. E apesar de ser constituída, em primeiro momento, por homens que, em sua maioria, tinham pouca ou nenhuma instrução militar, verificou-se que essa força paramilitar, encontrou referência no modo de segurança que foi sendo instituída desde os primórdios da colonização do Brasil, como observaremos a seguir, nas origens da polícia no Brasil.

¹⁷ *Ibidem*, p.44

¹⁸ LOBATO, Sidney da Silva. *Op. cit.*, p.168

III – AS ORIGENS DA POLÍCIA NO BRASIL

O estudo da atuação das Forças policiais no Brasil sempre foi um tema bastante precário, por diversas razões, mas principalmente pelas dificuldades de se conseguir fontes que pudessem tornar este objeto atrativo para o meio acadêmico.

Em um breve artigo intitulado *A história da polícia no Brasil: balanços e perspectivas*, Bretas e Rosemberg (2013), identificam que até os anos 1960, existia apenas uma historiografia mais ou menos oficial, que em sua maioria era realizada por antigos policiais. A polícia percebia a aproximação acadêmica com grande desconfiança, pois, desde as suas origens, entende a informação como um dos bens mais valiosos, para esses órgãos, informação significa poder e por isso não deve ser visível para todos. Apreende-se que esse pensamento foi um dos motivos para que as pesquisas em torno dessa temática se desenvolvessem de forma tão lenta, sobretudo, no campo da história.

Mas a intensificação da relação conflituosa com as universidades, especialmente no contexto da ditadura, com a inserção de diversos elementos, como agitações de movimentos raciais, estudantis etc., contribuiu para que a polícia se tornasse foco de interesse acadêmico.

Bretas e Rosemberg, apontam que o surgimento de outras abordagens que contemplam novas produções sobre este tema, têm seu início de duas formas bastante tradicionais da aproximação histórica: a cronológica e a regional. Pelo viés cronológico, procura-se analisar, como a ideia e a prática de policiamento passam a ganhar diferentes sentidos ao longo dos séculos. Partem de uma investigação dos métodos das práticas “pré-policiais” que remetem ao século XVIII, para dizer que a instituição em si ainda não existia, mas se percebe que a ideia já estava presente. Neste momento, o passado é tido como o único campo possível para viabilizar pesquisas neste tipo de temática.

A segunda forma de aproximação histórica, a regional, tem como pressuposto, a necessidade de se reconhecer as diferenças históricas, geográficas e culturais que constituem o Brasil¹⁹. Neste sentido, a temática policial ganha ainda mais relevância, considerando que na gênese de formação de muitas comunidades tradicionais, sempre se destacaram os princípios de autoridade, de hierarquia e de ordem, princípios estes que a polícia moderna irá gradativamente incorporar como elementos essenciais à sua constituição.

¹⁹ BRETAS, Marcos Luiz e ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanços e perspectivas. TOPOI, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 162-173|www.revistatopoi.org.

O estudo de Heloísa Rodrigues Fernandes e Dalmo de Abreu Dallari, com temas voltados para a polícia militar do estado de São Paulo e sua atuação como um exército local nos primeiros anos da República²⁰, são alguns dos exemplos de pesquisas que contribuíram para essa historiografia, que desde a segunda metade do século XX, passou por importantes transformações, fato que também levou há uma pluralização das vertentes de trabalho, como o surgimento da crítica foucaultiana, que tem como um de seus pontos centrais, a circulação de poder.

Com a democratização nos anos 1980, a polícia política, foi possivelmente a área que possibilitou maior acesso e onde se encontra mais facilmente os recursos de pesquisa, em razão de muitos documentos terem sido passados a outras instituições. A abertura dos arquivos do Dops, permitiu a elaboração de uma historiografia que se serviu dessa fonte até então interdita. Os estudos nessa área têm sua atenção majoritariamente voltadas para a “variante política da atuação policial, com o fito de mostrar, sob esse cenário de exceção, as agruras do controle social aplicado pelos governos ditatoriais, principalmente o governo Vargas, período para o qual os arquivos são mais copiosos”²¹.

Contudo, o historiador Francis Albert Cotta, em seu artigo *Olhares sobre a Polícia no Brasil: a construção da ordem imperial numa cidade mestiça*, publicado em 2009, afirma que a historiografia brasileira que trata da polícia somente se intensificou a partir dos anos 90 do século XX. Esta historiografia se debruçou especialmente sobre as instituições responsáveis pela *polícia*, criadas na cidade do Rio de Janeiro, com a chegada da corte portuguesa, tendo como ponto de partida a Intendência Geral da Polícia e a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia no Rio de Janeiro. A criação desta instituição objetivava “organizar os espaços da cidade e disciplinar os costumes de sua população segundo o paradigma da civilização europeia”. Neste sentido, o Intendente Geral da Polícia passava a assumir a função de “agente civilizador”, ao qual estava a cargo difundir os valores e códigos de comportamento social dessa nova sociedade²².

Um trabalho que também trata deste tema é a dissertação de mestrado de Leidiane de Castro Gonçalves, intitulada *A Guarda Real da Polícia da Corte: Instituição e Policiamento*

²⁰ FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Política e Segurança. Força Pública do Estado de São Paulo: fundamentos histórico-sociais*. São Paulo: Alfa-ômega 1974; e de DALLARI, Dalmo de Abreu. *O pequeno exército paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

²¹ BRETAS, Marcos Luiz e ROSEMBERG, André. *Op. cit.*, p. 163

²² COTTA, Francis Albert. **OLHARES SOBRE A POLÍCIA NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DA ORDEM IMPERIAL NUMA SOCIEDADE MESTIÇA**. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais Abril/ Maio/ Junho de 2009 Vol. 6 Ano VI nº 2.

no Rio de Janeiro Joanino (1808-1821), a autora apresenta um estudo sobre a criação do primeiro corpo de polícia no Brasil, no contexto da vinda da família real portuguesa. Gonçalves, revela que a chegada da família real acarretou uma sucessão de mudanças urbanas na cidade do Rio de Janeiro e conseqüentemente nos hábitos e costumes dos cidadãos. Entre essas novas mudanças, estavam os problemas em grande parte relativos à administração da cidade que necessitavam ser resolvidos. É neste momento que o príncipe regente, D. João VI, cria na cidade do Rio de Janeiro, a Intendência Geral de Polícia da Corte e Estado do Brasil, que seguia o mesmo modelo daquele existente em Portugal. Esse órgão tinha pela frente a tarefa de promover as reformas e de manter a ordem na cidade. Para o cargo de intendente de polícia, é escolhido Paulo Fernandes Viana, que tinha a função de construir no Rio de Janeiro, a cidade que havia se tornado a sede da família real, uma nova Lisboa.

Um outro ponto destacado por Gonçalves, é quanto à ideia de polícia como a entendemos atualmente, segundo a autora, essa ideia moderna da polícia não se aplica ao período joanino, visto que policiar a cidade na época joanina significava “dar polimento ao comportamento de seus habitantes, aproximando-se daquilo que – segundo um dicionário da época – se considerava civilização”²³. Tomando como exemplo, a cidade de Macapá e seu aspecto micro da História, conseguimos perceber, no período estudado, um retorno a essa ideia de polimento urbano, sendo um dos objetivos de criação da Guarda Territorial cooperar com a polidez da cidade.

Sobre o papel que a polícia exercia em suas origens, Marcos Luiz Bretas em seu trabalho, *Policiar a Cidade Republicana: A instituição policial*, demonstra que no princípio a polícia exercia funções muito mais amplas, do que as que se conhece atualmente e enquanto aparelho do Estado, era responsável por zelar por tudo aquilo que dissesse respeito à ordem e ao "sossego público". Mas a partir do século XIX, vai ocorrer uma diversificação das agências do Estado, que vai retirar da polícia a maior parte de suas atribuições e novas atribuições referentes à ordem pública, serão inicialmente alocadas à Instituição Policial²⁴.

Diversas foram as transformações que estas instituições passaram ao longo do tempo, tanto em suas estruturas internas, pois a polícia foi se modificando com as novas exigências do momento, quanto no olhar externo da sociedade que, até os dias atuais, continua a ver a imagem da polícia revestida de uma dupla visão, ora tida por uma parte da população como protetora da

²³ GONÇALVES, Leidiane de Castro. **A GUARDA REAL DE POLÍCIA DA CORTE: INSTITUIÇÃO E POLICIAMENTO NO RIO DE JANEIRO JOANINO (1808-1821)**, Seropédica, RJ, agosto, 2018.

²⁴ BRETAS, Marcos Luiz. **Policiar a Cidade Republicana**. A Instituição Policial. Julho de 1985.

ordem pública que, se utiliza a força, é como meio exclusivo de zelar pela segurança dos cidadãos, ora vista, por outros indivíduos, como um instrumento arbitrário do Estado, que a utiliza, dispondo muitas vezes da violência, para amedrontar e coagir aqueles a quem considera “subversivos”.

Ressaltamos que em Macapá, a força policial se manteve na condição de paramilitar por 30 anos, quando, em 1975, se deu início a diversificação em unidades específicas, momento que ocorrerá a criação da polícia militar e paulatinamente, o corpo de bombeiros e a polícia civil. Nesse período de trinta anos vamos observar que a força policial criada para o Território do Amapá, tinha a missão de segurança e de prestação de serviços à administração.

3.1 - A construção de uma força policial no território federal

De acordo com Lima e Pereira et al. (2014 *apud* CONRADO & BRANCH et al., 2019), a necessidade da prestação de serviços, foi um dos motivos que levou à formação de um corpo administrativo local direcionado tanto para área administrativa, como também para a prestação de serviços básicos à população. Pois antes da criação da Guarda Territorial, a população precisava se deslocar para as cidades vizinhas do estado do Pará ou a sua capital Belém, quando necessitavam de atendimentos a serviços básicos e até mesmo os registros de óbitos e casamentos, precisavam ser feitos ou registrados em cidades do Pará. Com a criação do território federal, estes atendimentos passam a ser de incumbência do governo amapaense, levando o território do Amapá a um processo de autonomia política-administrativa.²⁵

É consenso entre os diversos autores aqui apresentados, dos que analisam o período janarista, que a partir da implantação do território federal, a cidade de Macapá passou por um grande processo de urbanismo; com a construção de novos edifícios, expansão de novas vias de acesso, entre outras medidas que contribuíram, inclusive, para o aumento da população em Macapá, como apontam os dados de que Macapá avançou no crescimento populacional de 1.300 habitantes em 1944, para 25 mil em 1950²⁶. O investimento nestas importantes obras era exprimir e afirmar que o projeto modernista estava de fato se concretizando no território do Amapá.

Era de competência dos governadores a organização de uma guarda territorial de caráter civil nos territórios recém-criados, bem como, dispor da contratação de sujeitos para compor o

²⁵ CONRADO, Genivaldo Araújo & BRANCH, Marcelo da Silva. A história da polícia militar do Amapá. Macapá-AP, 2019.

²⁶ FAISSOL, Speridião. Atlas do Amapá. Rio de Janeiro: Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá e Conselho Nacional de Geografia (IBGE), 1966.

quadro da guarda. Entretanto, esses trabalhadores contratados não exerciam de fato uma carreira militar, mas outras diversas profissões especializadas, visto que o intuito do governo era que estes guardas também viessem a trabalhar nas obras públicas, ao mesmo tempo em que faziam a segurança da cidade. Dessa forma, foi criada a Guarda Territorial do Amapá, através do decreto-lei 5.839 de 21 de setembro de 1943, concedido pelo presidente da República, Getúlio Vargas e subordinada diretamente ao governador, Janary Gentil Nunes, como administrador local. A Guarda Territorial do Amapá foi estruturada na seguinte ordem:

Um comandante-general, diretor/comandante do Departamento de Segurança Pública e Guarda Territorial – DSPGT (oficiais do escalão de capitão ou sargento); inspetores (grau de sargento) podiam ser delegados ou chefes dos Guardas especializados e Guardas vigilantes eram os reservistas de segunda ou terceira categoria²⁷.

Identifica-se, portanto, que a criação da Guarda Territorial do Amapá, teve duplo objetivo: exercer as funções de segurança pública, tendo dentre suas finalidades; a missão de garantir a ordem pública, policiar os costumes, além de ser a responsável pela vigilância e defesa dos bens do território e suas autoridades. O segundo objetivo, é que a mesma deveria auxiliar o governo local na prestação de variados serviços básicos de atendimento à população, como: carpintaria, marcenaria, manutenção de prédios públicos, pinturas de prédios públicos, sapataria e alfaiataria, etc. Este duplo objetivo é explicitado no relatório de atividades do governo (1946), que estabelece que o Departamento de Segurança Pública e Guarda Territorial, além de suas atribuições como segurança do território, também deveria “cooperar, por intermédio da Guarda, na execução de obras públicas”, destacando, ainda, que a Guarda Territorial foi a melhor solução encontrada pelo governo para reunir o operariado para a construção de obras públicas.²⁸

A Guarda Territorial, além de sua função normal de policiamento, ainda colabora, embora modestamente, em diversos setores da administração e obras públicas, com pessoal especializado; assim, auxilia a instrução pré-militar e educação física no Grupo Escolar de Macapá e as construções públicas.²⁹

Acreditava-se que, em razão do parco número de vias de acesso nos territórios, a missão policial seria mais facilitada, por outro lado, havia uma precária situação de mão-de-obra que dificultava o avanço do projeto modernizador. No entanto, após a elaboração do relatório,

²⁷ LUNA, Verônica Xavier; NUNES, Elke Daniela Rocha & SÁ, Bruno Markus dos Santos. Memória da Brisa Guarda Territorial do Amapá.- Macapá: Editora Unifap, 2023, p. 35

²⁸ NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, pp. 115 - 117

²⁹ *Ibidem*, p. 118.

analisando o caso específico do Amapá, Janary Nunes concluiu que era mais vantajoso a especialização de uma Guarda na missão policial, do que volta-la completamente para a construção de obras públicas.

3.2 As contribuições da GT para o crescimento de Macapá

Após a instituição legal da corporação da Guarda no Território do Amapá, é criado o Departamento de Segurança Pública e Guarda Territorial – DSPGT. A instituição tinha como missão ser o espaço de administração da Segurança Pública no Território, no qual estava subordinada a GT, como corporação subalterna. Janary procurou formar a Guarda Territorial com jovens reservistas. A partir das entrevistas realizadas com alguns guardas, foi possível inferir que a corporação da Guarda Territorial, era composta em sua maioria por sujeitos, nascidos nos municípios vizinhos ao Território do Amapá, de origens humildes, que desde a infância realizavam trabalhos diversos, o que em certa medida facilitava o ingresso na corporação. Um dos entrevistados, o senhor Manoel Gonçalves Lobo, nascido no dia 03 de janeiro de 1928, no município de Breves, no Pará, filho de Prudêncio Garcia Lobo e de Lourete Gonçalves Lobo, conta que perdeu o pai muito cedo e por isso precisou ajudar a mãe na coleta de látex, aos sete anos de idade já trabalhava riscando seringa.

Ao chegar em Macapá, no dia 12 de janeiro de 1948, aos 20 anos de idade, decidiu então construir sua vida no Território federal. Através de um amigo, conseguiu um emprego na olaria do Território. Foi neste local, antes de ser transferido para a Guarda Territorial, que o senhor Manoel Lobo ajudou na construção de algumas das principais obras do território federal do Amapá, como na construção da escola Barão do Rio Branco, também trabalhou no Colégio Industrial, na Igreja da Nossa Senhora da Conceição, no hospital geral, e na residência do governador.

Em tudo isso eu trabalhei; não tem uma construção aqui (em Macapá), que eu não tenha trabalhado. Eu era da residência do governador, trabalhava na residência do governador e no palácio do governo. O palácio (do governo) fomos nós que construímos; no hospital nós carregávamos (ainda tinha até um tempo desse, o retrato nosso carregando) aquela terra para fazer o andar lá de cima. Não tinha carro, não tinha nada³⁰

São identificadas na arquitetura das obras descritas pelo senhor Manoel Lobo, o Art Decó, que é caracterizado pelo rigor geométrico e ritmos lineares verticais, com fachadas mais

³⁰ Entrevista realizada pelo Grupo de Pesquisa – Memória da Guarda Territorial, CEMEDHARQ, no dia 01 de fevereiro de 2022, com o senhor Manoel Gonçalves Lobo.

altas. Tostes e Weiser, informam que a presença de Art Decó e Neocolonial nas fachadas das edificações é algo bastante característico da época do Território, isto porque, esse tipo de arquitetura seria compatível com o ideal de modernidade que se almejava, “pois tais construções têm como origem o período de várias obras consideradas modernas”³¹.

Se atribui à formação militar do governador Janary a principal característica que influenciou na estruturação da corporação da Guarda Territorial. Janary almejava que os guardas tivessem desempenho eficiente em suas funções para ajudarem na construção da nova sociedade local. Com relação ao pagamento dos guardas, visava principalmente dois objetivos: diminuir as despesas e evitar que os Guardas, de alguma forma, tirassem proveito de um contrato estatutário com uma remuneração mensal assegurada, produzindo pouco. Essa iniciativa, explicitada também no relatório de atividades do governo do território, foi algo minuciosamente articulado por Janary Nunes que defendia ser mais proveitoso “pagar o salário apenas pelas horas de efetiva permanência no trabalho que o vencimento mensal”. O argumento do governador é que esta medida facilitava a distinção entre os bons e os maus trabalhadores, cada um recebendo a “paga justa” pelo trabalho realizado, sem as restrições dos postos ou funções que um contrato na Guarda impunha, o que a seu ver, acabava gerando desigualdade entre os guardas. Nas palavras de Janary, está solução de receber apenas pelas horas de trabalho efetivo, se traduzia, por exemplo, em um mestre carpinteiro dedicado recebendo o mesmo que um oficial graças a qualidade de sua produção³².

Assim, Janary cria duas categorias de Guardas: uma categoria que tinha o contrato mensal, e outra que recebia por hora efetiva de permanência no trabalho, sem que houvesse obstáculos a dispensa dessa mão-de-obra a qualquer momento, pois eles não tinham um contrato permanente que os assegurasse. Passaram por essa segunda categoria os guardas que trabalhavam como marceneiros, sapateiros, alfaiates ou na vigilância ostensiva nas casas de festas de Macapá e do interior, a exemplo do Guarda Territorial, José Monteiro do Espírito Santo, que não foi contratado como funcionário federal, condição que segundo o relato dos guardas era inicialmente uma conquista por mérito ou pela apresentação de algum nome de peso. No caso de seu Monteiro, este trabalhava como “horista” cobrindo a segurança de festas em Macapá. “Os guardas encarregados pela vigilância de festas recebiam por noite; era um pró-labore de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) por dia ou noite de trabalho”³³.

³¹ TOSTES, José A. e WEISER, Alice A. *Op. cit.*, p. 46.

³² NUNES, Janary. *Op. cit.*, p. 117.

³³ LUNA, Verônica Xavier; NUNES, Elke Daniela Rocha & SÁ, Bruno Markus dos Santos. *Op. cit.*, p. 236

3.3 – A Fortaleza de São José e as Oficinas da Guarda Territorial

A Fortaleza de São José foi incorporada como primeiro quartel da GT, quando a mesma ainda não dispunha de um espaço para exercer suas atividades. Como consequência, achamos relevante trazer um pouco de sua história, já que ela faz parte da memória urbana da cidade, portanto, da narrativa de vários Guardas Territoriais, sobretudo, porque foi a partir da Fortaleza de São José, que se foi erguendo a vila de Macapá e posteriormente a cidade.

Construída no século XVIII, à margem esquerda do rio Amazonas, esse edifício de pedras é uma reminiscência representativa do patrimônio e da história do Amapá. Sua importância está, não apenas, em sua arquitetura visível e palpável, construída com a mão de obra indígena e africana, mas também por guardar as memórias, percepções, apropriações e temporalidades de diferentes grupos sociais, que fizeram do Forte este amplo conjunto de simbolismos, que faz parte da identidade local, pois seguindo o conceito utilizado pelo historiador Pierre Nora, sobre os “Lugares de Memória”, entendemos que a Fortaleza São José de Macapá, é um lugar de memória, “nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente e em graus diversos” (NORA, 1993).

Imagem 3 – Registro Fotográfico da vista aérea da Fortaleza de Macapá (ano desconhecido)



Retirado do site: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com>. Acessado em 07 de junho de 2024

Segundo Magalhães (2006), a criação da Vila de São José de Macapá é a consequência mais proeminente da construção desse Forte, pois a mesma foi se expandindo ao redor da Fortaleza, de forma tão marcante, ao ponto de Macapá se tornar o principal centro urbano da foz esquerda do Amazonas. Tendo a ocupação da cidade de Macapá ligada a construção da

fortaleza, verifica-se a importância que esta edificação tem para “a compreensão da formação e da identidade da população regional”. O autor informa que a Fortaleza de São José concentra os métodos e as estratégias de ocupação e defesa que foram utilizados pela Coroa Portuguesa para ocupar a Amazônia. Após longas divergências entre as políticas externas da Coroa Portuguesa e suas estratégias para a Amazônia, finalmente a construção do monumento foi iniciada em 29 de junho de 1764, com a autorização de D. José I. O projeto foi elaborado, após um estudo dos Tratados sobre Fortificações de Manuel Azevedo Fortes e realizado por uma comissão coordenada pelo engenheiro Henrique Antônio Gallucio.³⁴

Imagem 4 – Registro Fotográfico do interior da Fortaleza São José de Macapá (ano desconhecido)



Fonte: acervo Coleção Digital – IBGE. Retirado do site: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com>. Acessado em 07 de junho de 2024.

A estudiosa Verônica Luna, afirma que em sua gênese a Fortaleza de São José, consistia em força tão emblemática ao ponto de sua aparição, no longo período da construção que tinha como intuito servir de espaço de defesa militar, conter uma áurea mágica, em que até o nome do monumento recordava também o processo de formação da vila que se erguia ao redor:

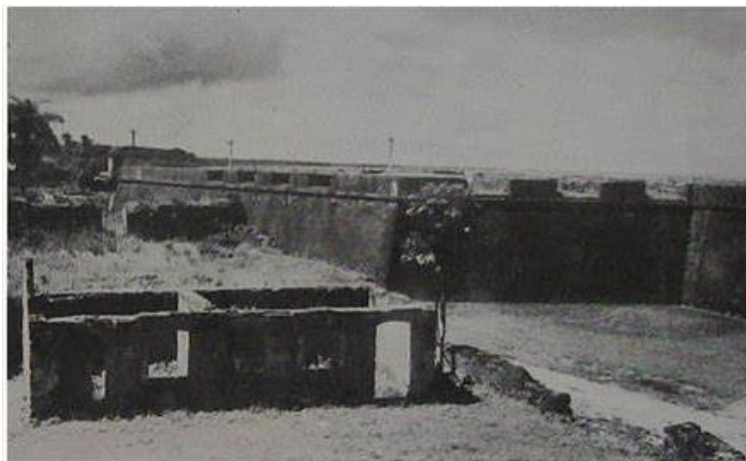
A fortaleza São José de Macapá erguia-se como uma obra faraônica, mas à medida que cresciam suas muralhas, deixava-se ver como um monstro devorador de homens, semelhante ao mito do “minotauro”, da lenda Grega, que a cada ano devorava sete belos rapazes e sete belas moças (LUNA, 2011, p. 58)

³⁴. MAGALHÃES, Marcos Pereira. Arqueologia na Fortaleza de São José de Macapá. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 3, p. 33-59, set-dez. 2006.

Essa metáfora trazida pela autora refere-se a mão de obra, africana e indígena, utilizada para que esta grandiosa construção fosse erguida, os verdadeiros construtores que formaram um espaço de sociabilidades em torno da vila de Macapá. Mas apesar de todo o sacrifício envolvido para construção do forte, posteriormente, ocorreu a perda de sua função inicial de defesa militar, de modo que ao longo do tempo, a Fortaleza foi sendo esquecida, desprezada pelos poderes do Império, chegando ao período republicano em condições precárias, deteriorada devido à falta de atenção e investimento em sua conservação. Diante disso:

pouco a pouco ela foi sendo tomada por árvores nativas e frutíferas, como apuizeiros, mangueiras, cajueiros, pés de coco, bacabas, arbustos, ervas daninhas. Alguns intendentess se preocuparam em mandar abater os matos da fortificação, mas a área desse edifício de Guerra era sempre úmida, tendo em vista ser banhada pelas águas do rio Amazonas, bem como as chuvas frequentes que caem na região Norte e favorecerem o crescimento constante de matos e arbustos³⁵.

Imagem 5 – Registro Fotográfico de vestígio do período de abandono da Fortaleza São José de Macapá – área do Revelim (década de 40)



Acervo: blog Amapá, minha amada terra. Retirado do site: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com>. Acessado em 07 de junho de 2024.

Na década de 1940, com a criação do Território Federal do Amapá, especificamente, na gestão do primeiro governador Janary Gentil Nunes, a Fortaleza voltou a receber atenção. Mas para que viesse a cumprir, dessa vez, um papel “social” de espaço militar, servindo como quartel general da Guarda Territorial, era necessário fazer as devidas reparações a preservação e conservação do referido monumento.

Diversos são os relatos de guardas que participaram da reparação do forte, a exemplo de seu Otto, que ao ingressar na Guarda Territorial em 1945, passou a executar serviços na

³⁵ LUNA, Verônica Xavier; NUNES, Elke Daniela Rocha & SÁ, Bruno Markus dos Santos. *Op. cit.*, p. 28

reforma da Fortaleza de São José de Macapá, desde a limpeza, reparar paredes, telhados e pintura. E seu Waldelor; posto que seu primeiro trabalho foi como pintor na Fortaleza de São

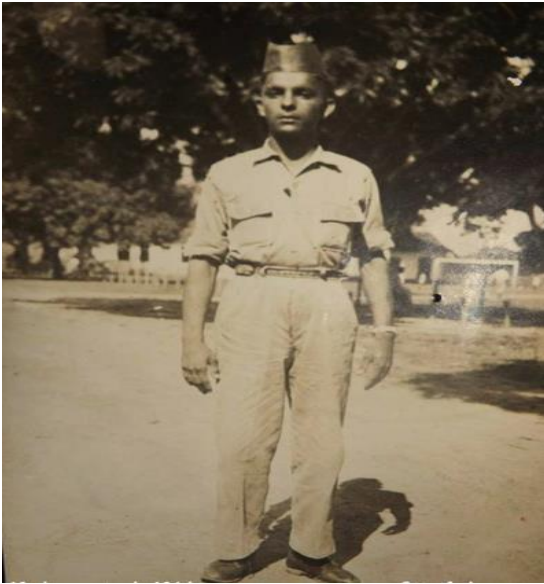


Imagem 6 – Foto do Guarda Territorial Otto, uniformizado, em um campo aberto de Macapá, em 19 de agosto de 1946. Fonte: Acervo Pessoal da família do GT.

José de Macapá, enquanto já se preparava para ingressar na Guarda Territorial. O mais interessante, no entanto, é perceber o papel social desempenhado pelas oficinas que funcionavam nas salas internas da Fortaleza, pois, através desses espaços, eram oferecidos os serviços básicos à população que poucos anos antes só eram realizados em Belém.



Imagem 7 - Registro fotográfico do GT Waldelor de Silva Ribeiro com seu uniforme da Guarda Territorial, ano desconhecido.

Fonte: acervo pessoal da família do GT. Postado no blog <https://tribunaamapaense.blogspot>.

Além do fato de terem trazido mais facilidades à população, que não precisava mais se deslocar até as cidades vizinhas para ter acesso a esses serviços, as oficinas proporcionaram oportunidades de emprego para muitos rapazes que almejavam uma especialização profissional, como é o caso de seu Miguel Correia de Oliveira que buscava uma mudança de vida e pretendia

se tornar marceneiro. Com esse objetivo se apresentou na Fortaleza e conseguiu se tornar aprendiz de marceneiro. Seu Miguel Correia, relembra que em 1950, ganhou uma farda da Guarda Territorial “Ai eu já fiquei trabalhando na Guarda, fazendo mandado, eu era muito novinho, mas continuei sempre dentro da Fortaleza”. O GT relata sobre o período que passou na Fortaleza e explica que eram os próprios guardas que cuidavam do monumento:

Trabalhei muito na limpeza desse monumento, fazia isso diariamente, era cheia de árvore, inclusive, tinha animais aqui: cutia, porco do mato, onça, macaco, de modo que eles faziam muitas sujeiras. Então, todo dia a gente tinha que limpar. Não era só eu, mas outros que estavam na GT, sempre fizemos limpeza na aérea todinha, nesse tempo era só a Guarda que fazia limpeza”³⁶.

Posteriormente ao completar os 18 anos, seu Miguel foi servir o exército, que na época se chamava “Tiro de Guerra”. Segundo o guarda o treinamento da GT ocorria atrás da Fortaleza, razão pela qual muitos guardas que davam baixa já ficavam para tirar serviço na Fortaleza mesmo.

Imagem 8 - Registro fotográfico do GT Lúcio, pousando durante o desfile de 7 de setembro de 2013



Fonte: acervo pessoal do GT José Lúcio.

O Comandante José Lúcio Pereira, então presidente da Associação da extinta Guarda Territorial, conta que seu vínculo com a guarda começou quando trabalhou numa oficina de marcenaria dentro da Fortaleza de São José de Macapá, a qual pertencia a um senhor de nome Marajó. Seu Lúcio começou trabalhando como marceneiro, em seguida, passou a trabalhar com

³⁶ Entrevista realizada pelo Grupo de Pesquisa – Memória da Guarda Territorial, CEMEDHARQ, no dia 24 de agosto de 2019, com seu Miguel Correia de Oliveira.

outro senhor de nome Aquilino, no mesmo ofício, desempenhando essa atividade até os 16 anos de idade.

Seu Ricardo Gonçalves da Silva, natural do município de Afuá, migrou em 1957 com a família para a cidade de Macapá, quando tinha oito anos de idade. Exerceu a profissão de alfaiate dentro da Guarda Territorial, mas conta que já conhecia esse ofício antes mesmo de entrar na corporação, pois tinha sido aprendiz de um senhor chamado Juvenal dos Santos, que havia montado uma alfaiataria na cidade. Quando ingressou na Guarda Territorial, em 1968, assumiu justamente essa profissão na alfaiataria da Guarda Territorial que funcionava dentro da Fortaleza de São José “pegava das nove horas até na hora que acabava a ronda”, pois além de alfaiate, o GT Ricardo também trabalhava nas rondas da cidade.

Imagem 9: Registro fotográfico dos guardas durante um dia de plantão na Fortaleza de São José de Macapá, no dia 2 de agosto de 2017, nomeando os integrantes da esquerda para a direita são: GT Monteiro, GT Obdias, GT Miguel Correia e GT Ricardo Gonçalves na entrada do monumento



Fonte: acervo pessoal do GT Obdias.

Além destes, impressiona os relatos de outros guardas que estabeleceram vínculos com a Guarda Territorial desde muito jovens. Como seu Raimundo dos Santos, nascido em 4 de agosto de 1929, mais conhecido como seu Baquika. O GT Baquika, afirma que entrou na guarda aos doze anos, quando, segundo seu relato, o governador Janary, mandou 3 caminhões para ir buscar no interior os rapazes em idade de 12, 13 e 14 anos para lhes dar emprego. Seu Raimundo dos Santos morava em Mazagão Velho e estava na roça com seu pai quando o promotor da época, doutor Maia, pediu a autorização para leva-lo. Entendendo que seria uma boa oportunidade para o filho, o pai de seu Baquika deu consentimento e ele foi junto com mais

quatro rapazes de 12 anos em um caminhão, em direção a cidade de Macapá. Quando chegaram à cidade, os jovens foram divididos entre as repartições do governo.

Imagem 10: Registro fotográfico do GT, Raimundo dos Santos, na casa dos oficiais na Fortaleza de São José de Macapá, em seu plantão em 2019



Fonte: acervo pessoal do CEMEDHARQ-UNIFAP, Foto Bruno De Sá.

Seu Baquika, junto com o irmão e um primo ficaram na Fortaleza, quando o então responsável pelo Departamento, Uadih Charone que também era o encarregado de distribuir as funções entre os jovens que haviam acabado de chegar, designou seu Baquika para fazer o café para os guardas e os outros dois garotos ficaram responsáveis pela limpeza do departamento. Nesta época, conta que ainda não usavam fardas, pois eram muito novos e só passaram a usar a farda da guarda quando já haviam chegado a maioria e foram trabalhar na Fortaleza de São José. Antes disso, o adolescente Baquika trabalhou por um curto período na olaria territorial, em seguida, retornou para o Departamento de Segurança e Guarda. Aos dezoito anos, período em que já era reservista, serviu ao exército, em Belém do Pará. Depois que recebeu baixa do serviço militar, seu Raimundo dos Santos entrou junto com 152 homens para a Guarda Territorial para continuarem trabalhando. Posteriormente, se tornou “agente do fogo” no antigo corpo de bombeiros criado pelo governo, o chamado Grupamento Contra Incêndio - GRUCI.

Nas memórias dos guardas, a cidade de Macapá do início do território, era um espaço urbano muito tranquilo, sem perturbações quanto a furtos ou quaisquer outros tipos de crimes “quando trabalhava na polícia da Guarda Territorial, tirava plantão, a cidade era tranquila, Macapá era um paraíso, briga só de vizinhos e roubo só de galinha...”, conta seu Raimundo da

Silva Figueira. Os guardas afirmam que podiam dormir até com a porta aberta, entretanto, também são relatados casos de crimes violentos que ocorreram neste período. Devido a raridade e crueldade dos crimes, acabavam chocando toda a população, como a morte do GT David Soares de Almeida, ocorrida em novembro de 1957.

Esse crime resultou na morte de um guarda, o qual surpreendeu não apenas a população, mas também a Guarda Territorial, por se tratar de um membro da corporação. Outro caso que ficou na memória de muitos guardas, foi um crime cometido no ano de 1971, por uma mulher chamada Laudicea, que ficou conhecida entre a população como “Fera do Pacoval”, por ter afogado a filha de quatro anos, de seu ex-marido com a atual esposa em um bueiro do Pacoval. Esse crime é contado por muitos guardas, mas foi o GT Agenor Neves de Barros que acompanhou de perto o caso e relata que por meio das evidências levantadas chegou à conclusão de que a principal suspeita era a ex-mulher “ela é que saía com a criança na rua, então, como é que ela não sabia dessa criança? ”.

Os guardas eram os encarregados de manter a ordem e a segurança no território federal, seu trabalho envolvia desde a solução de crimes violentos à resolução de conflitos menores. Entretanto, se observou que também houve diversos abusos cometidos pelos próprios guardas, sobretudo, de abusos de poder contra civis, além de insubordinação contra seus superiores e outros relatos; alguns descritos pelos próprios guardas, que resultaram no afastamento dos mesmos de suas funções dentro da Corporação.

Apesar disso, a Guarda Territorial constituiu a principal força policial no território em seu período de atividade até sua extinção em 1975. É correto afirmar que, com o crescimento da cidade, foram surgindo novas necessidades por parte da população, e o parco contingente da Guarda já não era suficiente para suprir as demandas. A exigência por uma corporação mais especializada surgiu, principalmente, de uma elite que se via insatisfeita com o policiamento realizado pelos primeiros guardas e desejava uma renovação na corporação, com um pessoal mais especializado. Segundo o historiador, Dorival dos Santos, essa elite que estava mais ligada ao aparelho repressivo, percebia a instituição da Guarda, como já não sendo capaz de atender ao padrão de organização, cientificidade e profissionalização necessária que se esperava para uma moderna ação coercitiva; e via a polícia militar, modelo de policiamento instalado pela ditadura, como o ideal³⁷.

³⁷ SANTOS, Dorival da Costa dos. O Regime ditatorial Militar no Amapá: Terror, Resistência e Subordinação – 1964-1974. Dissertação de Mestrado, Campinas, SP: [s.n], 2001, p. 81.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma compreensão do termo “invenção”, a historiadora Maura Leal, infere que a criação do Território Federal do Amapá foi um desses ‘tempos’ de invenção humana, no qual se reivindicou a fundação de um momento inaugural, de um novo começo”³⁸. De fato, com a criação do Território federal vemos a tentativa de ruptura com esse passado e modo de vida, que do ponto de vista dos novos gestores, já não se enquadrava com as exigências do momento. Assim passou a ser propagado um novo modo de viver, onde o Amapá deixaria o atraso e a invisibilidade para assumir um papel de destaque na região norte, como o modelo ideal de progresso proposto pelo primeiro governador do território federal, Janary Gentil Nunes.

Contudo, ao comparar os discursos com os projetos que foram efetuados neste período, percebemos que esse progresso não alcançou todo o território, privilegiando apenas uma pequena parcela urbana. Apesar disso, é indiscutível o quanto este evento mudou para sempre a história do Amapá, pois, foi neste momento de transição que a região do Amapá ganhou o status de Território Federal, que são percebidas grandes mudanças na capital do território, que foram possíveis graças à atuação de diversos atores sociais. E foi pensando nesses sujeitos “invisíveis”, que não costumam aparecer nos discursos oficiais, mas que fazem a história, que este trabalho teve como foco demonstrar, especificamente, a contribuição da GT na urbanização e crescimento da “cidade moderna”, a Macapá do Território Federal.

Acreditamos que a análise do contexto social dos primeiros anos do Território Federal do Amapá, bem como as entrevistas com alguns dos guardas que fizeram parte deste período, foram fundamentais para a compreensão da diversificada área de atuação desses atores. Se demonstrou que por trás da formação de uma Guarda Territorial, havia também outras intenções, visto que sua criação visou, em primeiro momento, obter homens para a construção das obras públicas e sociais que o governo pretendia iniciar na cidade de Macapá. Assim, muitos desses sujeitos desempenharam duplas funções, eram carpinteiros, alfaiates, marceneiros, sapateiros, trabalhadores da construção civil, entre outras, sobre a designação de guardas territoriais, onde também atuavam no policiamento.

³⁸ SILVA, Maura Leal da. A cidade imaginada: histórias e vivências em Macapá nos primeiros anos do território federal do Amapá. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol 35, n° 76, p.289-308, Maio - Agosto 2022.

Fontes

Entrevistas:

LOBO, Manoel Gonçalves. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa – Memória da Guarda Territorial, CEMEDHARQ. Ocorrida na residência do entrevistado, bairro Buritizal. Macapá, 01 de fevereiro de 2022.

OLIVEIRA, Miguel Correia de. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa – Memória da Guarda Territorial, CEMEDHARQ. Ocorrida na Associação dos Guardas Territoriais-FSJM. Macapá, 24 de agosto de 2019.

GUIMARÃES, Otto Soares. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa – Memória da Guarda Territorial, CEMEDHARQ. Ocorrida na Associação dos Guardas Territoriais-FSJM. Macapá, 03 de fevereiro de 2022.

PEREIRA, José Lúcio. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa – Memória da Guarda Territorial, CEMEDHARQ. Ocorrida na residência do entrevistado, no bairro Santa Rita. Macapá, 11 de novembro de 2020.

RIBEIRO, Waldelore da Silva. Memória secundária. PRADO, Édi. “Biografia do Guarda Territorial Waldelore da Silva Ribeiro”. Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com>. Macapá, 04 de setembro de 2017. Acessado em 10 de abril de 2024.

SANTOS, Raimundo dos. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa – Memória da Guarda Territorial, CEMEDHARQ. Ocorrida na Associação dos Guardas Territoriais-FSJM. Macapá, 12 de novembro de 2019.

SILVA, Ricardo Gonçalves da. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa – Memória da Guarda Territorial, CEMEDHARQ. Ocorrida no ateliê de trabalho do entrevistado, no bairro Central. Macapá, 26 de abril de 2022.

Leis e decretos:

Decreto-Lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943 (Criação do Território Federal do Amapá)

Decreto federal 5.839 de 21 de setembro de 1943 (Criação da Guarda Territorial do Amapá)

Relatório governamental:

NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre: De território a Estado – Um olhar social...** São Paulo: USP, 2006. 383 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – SP.
- BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado: história, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade.** São Paulo: Paco, 2017.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade.** O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- COTTA, Francis Albert. **Matrizes do sistema policial brasileiro.** Belo Horizonte: Crisálida, 2012.
- CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. 1937. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Casa civil da Presidência da República – Arquivo Nacional.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador, Volume I: Uma História dos Costumes -2.ed.** -Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 1994.
- FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder** - Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª ed. 1984. (Biblioteca de filosofia e história das ciências; v. n. 7)
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão.** 42.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FRENCH, John D. **Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos.** Tradução de Fábio Durão. In: LARA, Sílvia Hunold & MEDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). **Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social.** Campinas: Unicamp, 2006, p. 397.
- LUNA, Verônica Xavier. **Escravos em Macapá: Africanos Redesenhando a Vila de São José 1840-1856.** João Pessoa – PB: Editora Sal da Terra, 2011.
- MOTTA, Márcia Maria Menendez. **História e Memória.** Cadernos do CEOM. Ano 16, n. 17. Memória social.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos Lugares.** Projeto História (São Paulo) n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

POLETTI, Ronaldo. 1934 — (Coleção Constituições brasileiras; v. 3) - 3. ed. — Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012, p. 102.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos).

ROVAI, Marta. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. História Oral, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 129-148, 2013.

SILVA, Maura Leal. **“O TERRITÓRIO IMAGINADO”**: Amapá, de Território à autonomia política (1943-1988). Universidade de Brasília. Brasília, 2017.